

# **SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de  
dezembro de 2025



# SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

### Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	8

### Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	7
2. O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL .....	8
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	9
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	9
5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES SOCIETÁRIAS AINDA NÃO ADOTADAS PELO ÓRGÃO REGULADOR . ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.	
6. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS.....	11
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
9. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS .....	12
10. IMOBILIZADO .....	13
11. INTANGÍVEL .....	14
12. TÍTULOS DE CRÉDITO A RECEBER .....	15
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	15
14. CONTINGÊNCIAS.....	17
15. DIVIDENDOS A PAGAR.....	18
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	19
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	21
18. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	21
19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	22
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
21. PARTES RELACIONADAS.....	22
22. RISCOS REGULATÓRIOS E AMBIENTAIS .....	23
23. SEGUROS.....	24
24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	24



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores,  
SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos atenção para a Nota 3 das demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base da elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.



SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A.

### **Outros assuntos - Apresentação das demonstrações financeiras societárias**

A SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, sem ressalvas, com data de 12 de março de 2026.

### **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 6, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis regulatórias de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 6 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis regulatórias de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 2024 tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude



SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A.

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by  
B. G. Monteiro  
Assinado por: Bruno Guedes Monteiro 1055985733  
CPF: 1055985733  
Data e Hora da Assinatura: 24 de abril de 2026 | 17:39 BRT  
O ICP-Brasil: OJ: Certificado Digital PF A1  
C: BR  
Emissor: AC: SyngularID Malpica  
10559857337415

**Bruno Guedes Monteiro**  
Contador CRC 1RJ118070/O-0

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: 24.081.843/0001-28

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024 (reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.817	3.849
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	11.747	10.080
Serviços de P&D		12	-
Impostos e contribuições a recuperar		601	697
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		362	-
Adiantamento a fornecedores		1.396	1.231
Partes Relacionadas	19	2.846	1.782
Título de crédito a receber	11	1.200	-
Outros créditos a receber		798	60
<b>Total do circulante</b>		<b>45.779</b>	<b>17.699</b>
<b>Não circulante</b>			
Título de crédito a receber	11	33.259	3.079
Investimentos Temporários	7	12.512	11.558
Depósitos judiciais		832	68
Imobilizado	9	404.704	367.171
Bens de direito de Uso		23	167
Intangível	10	4.660	48.433
Impostos diferidos		16.715	16.715
<b>Total do não circulante</b>		<b>472.705</b>	<b>447.191</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>518.484</b>	<b>464.890</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		2.638	2.865
Empréstimos e financiamentos	12	22.400	20.872
Impostos e contribuições a recolher		1.066	1.241
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		877	-
Encargos setoriais		605	226
Dividendos declarados	14	10.169	9.167
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		3.290	2.711
Partes relacionadas	20	155	-
Outros passivos		23	575
Adiantamento de Clientes		-	2.389
<b>Total do circulante</b>		<b>41.223</b>	<b>40.046</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	408.979	411.092
Outras contas a pagar	11	31.980	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>440.959</b>	<b>411.092</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>482.182</b>	<b>451.138</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15 (a)	153.714	153.714
Reserva legal	15 (b)	15.078	12.619
Reserva de deságio	15 (b)	896	896
Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	15 (b)	12.488	6.435
Reserva de lucros	15 (b)	56.097	31.626
Proventos excedentes da contabilidade societária	15 (c)	(201.971)	(191.538)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>36.302</b>	<b>13.752</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>518.484</b>	<b>464.890</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: 24.081.843/0001-28

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Disponibilização do sistema de transmissão		115.387	105.678
<b>Receita bruta</b>		<b>115.387</b>	<b>105.678</b>
PIS		(1.904)	(1.736)
COFINS		(8.769)	(7.996)
<b>Tributos</b>		<b>(10.673)</b>	<b>(9.732)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(280)	(913)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(124)	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(379)	(416)
Outros encargos		(645)	-
<b>Encargos do consumidor</b>		<b>(1.428)</b>	<b>(1.329)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	16	<b>103.286</b>	<b>94.617</b>
Pessoal		(2.426)	(3.220)
Serviços de terceiros		(6.309)	(5.199)
Arrendamento e aluguéis		(721)	(257)
Depreciação e amortização		(14.357)	(14.802)
Outras despesas operacionais		(421)	(1.581)
Despesas gerais e administrativas		(6.373)	(9.193)
<b>Custos e despesas</b>	17	<b>(30.607)</b>	<b>(34.252)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>72.679</b>	<b>60.365</b>
Receitas financeiras		3.282	2.682
Despesas financeiras		(42.111)	(43.236)
<b>Resultado financeiro</b>	18	<b>(38.829)</b>	<b>(40.554)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>33.850</b>	<b>19.811</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.708)	(1.518)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	22	<b>(1.708)</b>	<b>(1.518)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>32.142</b>	<b>18.293</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: 24.081.843/0001-28

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

---

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	32.142	18.293
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>32.142</b>	<b>18.293</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Demonstração de mutação do patrimônio líquido

CNPJ: 24.081.843/0001-28

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva Deságio de Investimentos	Reservas de lucros			Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Incentivos SUDAM				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>153.714</b>	<b>896</b>	<b>11.088</b>	<b>44.503</b>	<b>4.134</b>	<b>(168.814)</b>	-	-	<b>45.521</b>
Ajustes de reapresentação	5	-	-	(520)	(9.874)	-	-	-	-	(10.394)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024 (reapresentado)</b>		<b>153.714</b>	<b>896</b>	<b>10.568</b>	<b>34.629</b>	<b>4.134</b>	<b>(168.814)</b>	-	-	<b>35.127</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	18.293	18.293
Constituição da reserva legal	15 (b)	-	-	2.051	-	-	-	-	(2.051)	-
Constituição da reserva de incentivo fiscal	15 (b)	-	-	-	-	2.301	-	-	(2.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	-	-	(9.166)	(9.166)
Realização da reserva de lucros	15 (b)	-	-	-	(30.502)	-	-	30.502	-	-
Pagamento de dividendos	14	-	-	-	-	-	-	(30.502)	-	(30.502)
Transferência para reserva de lucros	15 (b)	-	-	-	27.499	-	-	-	(27.499)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	15 (c)	-	-	-	-	-	(22.724)	-	22.724	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)</b>		<b>153.714</b>	<b>896</b>	<b>12.619</b>	<b>31.626</b>	<b>6.435</b>	<b>(191.538)</b>	-	-	<b>13.752</b>
Realização da reserva de lucros		-	-	-	(6.035)	-	-	-	-	(6.035)
Ajuste de imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	6.612	6.612
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	32.142	32.142
Constituição da reserva legal	15 (b)	-	-	2.459	-	-	-	-	(2.459)	-
Constituição da reserva de incentivo fiscal	15 (b)	-	-	-	-	6.053	-	-	(6.053)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	-	-	(10.169)	(10.169)
Constituição da reserva de lucros	15 (b)	-	-	-	30.506	-	-	-	(30.506)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	15 (c)	-	-	-	-	-	(10.433)	-	10.433	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>153.714</b>	<b>896</b>	<b>15.078</b>	<b>56.097</b>	<b>12.488</b>	<b>(201.971)</b>	-	-	<b>36.302</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: 24.081.843/0001-28

Demonstração de fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>33.850</b>	<b>19.811</b>
<b>Ajuste para:</b>			
Amortização e depreciação		15.075	15.669
Outros		166	-
Encargos de dívidas, juros e custo de transação	12	42.059	43.101
Rendimentos de investimentos temporários		(1.587)	-
		<b>89.563</b>	<b>78.581</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	(1.667)	(4.593)
Impostos e contribuições a recuperar		96	1.573
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(362)	-
Adiantamento de clientes		(2.389)	(1.039)
Adiantamento a fornecedores		(165)	(719)
Depósitos judiciais		(764)	-
Título de crédito a receber		600	-
Outros créditos a receber		(740)	910
Partes relacionadas	19	(909)	(1.782)
Serviços de P&D		(12)	-
Fornecedores		(227)	860
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		579	808
Impostos e contribuições a recolher		(837)	(102)
Encargos setoriais		379	70
Arrendamento		-	(218)
Outros passivos		(505)	311
		<b>82.640</b>	<b>74.660</b>
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(169)	(768)
Juros pagos de financiamentos	12	(22.096)	(22.085)
		<b>60.375</b>	<b>51.807</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aplicação e resgate de investimentos temporários		633	548
Aquisição de imobilizado		(1.848)	(1.623)
Aquisição de intangível		(141)	-
		<b>(1.356)</b>	<b>(1.075)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Amortização de financiamento	12	(20.548)	(19.157)
Dividendos pagos	14	(15.202)	(39.000)
Pagamento de obrigação de arrendamento		(301)	-
		<b>(36.051)</b>	<b>(58.157)</b>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>22.968</b>	<b>(7.425)</b>
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.849	11.274
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		26.817	3.849
		<b>22.968</b>	<b>(7.425)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

A SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. ("Santa Lucia", "Companhia" ou Outorgada), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 6 de janeiro de 2016, e é controlada pela Verene Energia S.A. Possui como objeto social a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluídas a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que consistem em:

Instalações de Transmissão localizadas no estado de Mato Grosso, compostas pelo segundo circuito da Linha de Transmissão em 500 kV entre as subestações Jauru e Cuiabá, em circuito simples, com extensão aproximada de 355 km; entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A companhia iniciou suas operações em abril de 2019.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
jul/17	30 anos	11/03/2046	103.170	97.959	IPCA

A Receita Anual Permitida ("RAP") garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

#### 1.1. Contrato de concessão

Localizada no estado de Mato Grosso, composta pela linha de transmissão entre as subestações de Jauru e Cuiabá, com extensão de 355 km, decorrente do edital de leilão nº 05/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, processo nº 48500.00333/2015-19 e possui prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em março de 2046, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 331219/2025 emitida pelo órgão ambiental estadual SEMA-MT, com validade até 6/01/2029.

#### 1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (REH)	Índice de correção
2025-2026	103.170	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	97.959	nº 3.348, de 15 de julho de 2024	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

## **SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

---

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH nº 2.882 (vigente a partir de 1º de julho de 2021), que reajustou a RAP em 10,38%.

### **1.3. Reforma tributária**

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações financeiras, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

## **2. O setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Órgão Regulador”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 22 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração de resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2026.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **4. Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

#### **4.1. Imobilizado**

- **Em serviço**

Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado, é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

- **Em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, as imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A outorga agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, os juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (ii) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) o montante dos juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (iv) os juros, variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a outorgada tem incluído parte dos custos suporte, que são os custos acessórios e auxiliares necessários para realização das obras, e alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias para as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculadas às atividades do projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

**4.2. Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização utilizadas pela Companhia, são com base no MCPSE.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de formação do intangível.

**4.3. Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas por “impairment” a serem reconhecidas no exercício apresentado.

**4.4. Reconhecimento de receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

**5. Reapresentação dos saldos comparativos**

Anterior a mudança acionária da companhia, foi registrado no balanço patrimonial um saldo a receber da Construtora Planova um montante de R\$ 10.455. Em decorrência da instauração de processo de arbitragem entre as partes, a Administração reavaliou o referido saldo à luz das práticas contábeis aplicáveis e concluiu que não estavam atendidos, naquele momento, os critérios para seu reconhecimento contábil. Dessa forma, o montante foi baixado.

Os fatos geradores são originados em exercícios anteriores e por isso a Administração concluiu pela necessidade da reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo de 2024 dado a relevância dos montantes envolvidos

Os reflexos desta reapresentação na Demonstração das mutações do patrimônio líquido, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro:

<b>Balanço Patrimonial</b>	<b>2024</b>		
	<b>Apresentado anteriormente</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Demais ativos circulantes não impactados	17.699	-	17.699
<b>Não Circulante</b>			
Demais ativos não circulantes não impactados	444.112	-	444.112
Título de crédito a receber (i)	13.473	(10.394)	3.079
<b>Total do ativo</b>	<b>475.284</b>	<b>(10.394)</b>	<b>464.890</b>
	<b>2024</b>		
<b>Passivo</b>	<b>Apresentado anteriormente</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>			
Demais passivos circulantes não impactados	40.046	-	40.046
<b>Não Circulante</b>			
Demais passivos não circulantes não impactados	411.092	-	411.092
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	153.714	-	153.714
Reserva legal (ii)	13.139	(520)	12.619
Reserva de deságio	896	-	896
Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	6.435	-	6.435
Reserva de lucros (iii)	41.500	(9.874)	31.626
Proventos excedentes da contabilidade societária	(191.538)	-	(191.538)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>475.284</b>	<b>(10.394)</b>	<b>464.890</b>

- (i) refere-se a baixa do contas a receber Planova referente a provisão realizada pela companhia em exercícios anteriores;
- (ii) refere-se ao impacto da reserva legal do ajuste de anos anteriores;
- (iii) refere-se ao impacto a ser reconhecido no patrimônio líquido referente a baixa do contas a receber.

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Patrimônio Líquido	2024		
	Apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	153.714	-	153.714
Reserva legal	13.139	(520)	12.619
Reserva de deságio	896	-	896
Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	6.435	-	6.435
Reserva de lucros	41.500	(9.874)	31.626
Proventos excedentes da contabilidade societária	(191.538)	-	(191.538)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>24.146</b>	<b>(10.394)</b>	<b>13.752</b>

Não houve a necessidade de reapresentação das demonstrações do resultado, do resultado abrangente e demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, uma vez que não foram impactos nos exercícios apresentados.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	16	6
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	26.801	3.843
<b>Total</b>	<b>26.817</b>	<b>3.849</b>

- (a) Os CDB - Certificados de Depósitos Bancários, apresentam baixo risco de crédito e de mercado. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem desconto e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 98% a.a. do CDI (100% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 7. Investimentos Temporários

	2025	2024
<b>Conta reserva</b>		
Conta reserva BNDES (a)	12.512	11.558
<b>Total</b>	<b>12.512</b>	<b>11.558</b>

- (a) A Conta reserva - BNDES se refere a investimento em fundo com lastro em títulos públicos de baixo risco. Esta conta reserva foi constituída devido à exigência contratual do Financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social ("BNDES"), onde a Companhia deve manter três vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, até a liquidação total da obrigação. Ver detalhes sobre o financiamento junto ao BNDES através da nota explicativa nº 12.

## 8. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	10.132	9.179
<b>Saldos vencidos</b>		
90 dias	29	258
entre 91 e 180 dias	170	191
entre 181 e 365 dias	337	82
acima de 365 dias	1.079	370
<b>Total</b>	<b>11.747</b>	<b>10.080</b>

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada em conformidade com os requisitos da IFRS 9, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações contábeis regulatórias do exercício. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

**9. Imobilizado**

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2025</u>
<b>Imobilizado em serviço (a):</b>					
<b>Administrativo:</b>					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	300	-	-	(195)	105
Máquinas/Equipamentos	936	-	170	(140)	966
Móveis e utensílios	146	-	-	(25)	121
Veículos	57	-	-	(51)	6
Equipamento de informática	109	-	-	(82)	27
	<b>1.548</b>	<b>-</b>	<b>170</b>	<b>(493)</b>	<b>1.225</b>
<b>Transmissão:</b>					
Edificações e obras	7.184	-	(5.604)	1.027	2.607
Máquinas e equipamentos	356.701	-	62.187	(21.626)	397.262
Móveis e utensílios	95	-	(147)	52	-
	<b>363.980</b>	<b>-</b>	<b>56.436</b>	<b>(20.547)</b>	<b>399.869</b>
<b>Imobilizado em curso:</b>					
<b>Administrativo:</b>					
Máquinas e Equipamentos	170	-	(170)	-	-
	<b>170</b>	<b>-</b>	<b>(170)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Transmissão:</b>					
Edificações	1.473	-	-	-	1.473
Máquinas e Equipamentos	-	127	-	-	127
A ratear	-	1.721	289	-	2.010
	<b>1.473</b>	<b>1.848</b>	<b>289</b>	<b>-</b>	<b>3.610</b>
<b>Total imobilizado, líquido</b>	<b>367.171</b>	<b>1.848</b>	<b>56.725</b>	<b>(21.040)</b>	<b>404.704</b>

- a) Em 2025, a Companhia realizou levantamento do ativo imobilizado, incluindo inventário físico, que resultou em ajustes positivos no montante de R\$ 6.612, lançados como ajustes de exercícios anteriores, com contrapartida no Patrimônio Líquido (lucros acumulados), conforme Nota 15(d).

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**(a) Taxas anuais de depreciação**

	Taxa anuais médias de depreciação	2025			2024
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Administrativo:</b>					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.914	(1.809)	105	300
Máquinas/Equipamentos	10%	1.644	(678)	966	936
Móveis e utensílios	10%	294	(173)	121	146
Veículos	20%	366	(360)	6	57
Equipamento de informática	20%	637	(610)	27	109
		<b>4.855</b>	<b>(3.630)</b>	<b>1.225</b>	<b>1.548</b>
<b>Transmissão:</b>					
Edificações e obras	3,60%	3.390	(783)	2.607	7.184
Máquinas e equipamentos	2,90%	488.083	(90.821)	397.262	356.701
Móveis e utensílios	2,90%	-	-	-	95
		<b>491.473</b>	<b>(91.604)</b>	<b>399.869</b>	<b>363.980</b>
<b>Imobilizado em curso:</b>					
<b>Administrativo:</b>					
Máquinas e Equipamentos		-	-	-	170
		-	-	-	<b>170</b>
<b>Transmissão:</b>					
Edificações		1.473	-	1.473	1.473
Máquinas e Equipamentos		127	-	127	-
A ratear		2.010	-	2.010	-
		<b>3.610</b>	-	<b>3.610</b>	<b>1.473</b>
<b>Total Imobilizado</b>		<b>499.938</b>	<b>(95.234)</b>	<b>404.704</b>	<b>367.171</b>

**(b) Composição das adições do imobilizado em curso**

	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e Equipamentos	127	-	127
A ratear	-	1.721	1.721
<b>Total das adições</b>	<b>127</b>	<b>1.721</b>	<b>1.848</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	6,36%
Estrutura Geral	2,90%

**10. Intangível**

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

	2024	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2025
<b>Administrativo:</b>						
Software	160	141	-	(289)	(12)	-
	<b>160</b>	<b>141</b>	-	<b>(289)</b>	<b>(12)</b>	-
<b>Transmissão:</b>						
Servidões	48.270	-	-	(56.434)	12.824	4.660
	<b>48.270</b>	-	-	<b>(56.434)</b>	<b>12.824</b>	<b>4.660</b>
<b>Total Intangível, líquido</b>	<b>48.430</b>	<b>141</b>	-	<b>(56.723)</b>	<b>12.812</b>	<b>4.660</b>

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**(a) Taxas anuais de amortização**

	Taxa de amortização	2025		2024	
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
<b>Intangível em serviço:</b>					
<b>Administrativo:</b>					
Software	20%	539	(539)	-	160
		<b>539</b>	<b>(539)</b>	-	<b>160</b>
<b>Transmissão:</b>					
Servidões	-	4.660	-	4.660	48.270
		<b>4.660</b>	-	<b>4.660</b>	<b>48.270</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>5.199</b>	<b>(539)</b>	<b>4.660</b>	<b>48.430</b>

**11. Títulos de Crédito a Receber**

O montante de R\$34.459 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.079 em 31 de dezembro de 2024), refere-se ao saldo a receber da Construtora PLANOVA Planejamento e Construções (“PLANOVA”), decorrente de reembolso e multa aplicada pelo atraso na entrega do projeto. A cobrança da multa é um direito da Companhia, foi mensurada de acordo com os termos contratuais e é tratada em processo arbitral conforme nota explicativa nº 13.

	2025	2024 (reapresentado)
Planova – Planejamento e Construções (i)	31.980	-
Planova – Compensação Ambiental (ii)	2.479	3.079
<b>Total</b>	<b>34.459</b>	<b>3.079</b>

- (i) Em novembro de 2025 o processo de arbitragem foi encerrado reconhecendo a condenação de pagamento a Planova. A Companhia reconheceu um passivo em “outras contas a pagar” de igual valor para repasse ao antigo acionista decorrente de obrigações previstas no contrato de compra e venda.
- (ii) Em 27 de janeiro de 2025, a Planova e a Companhia firmaram acordo através do instrumento particular de confissão e parcelamento de dívida com garantida no montante de R\$ 3.079, pelos seguintes termos:
- 12 parcelas no valor de R\$ 50, sendo a primeira em 31 de janeiro de 2025;
  - 12 parcelas no valor de R\$ 100, sendo a primeira em 31 de janeiro de 2026;
  - saldo remanescente pago em 12 parcelas, sendo a primeira em 31 de janeiro de 2027.

O saldo a pagar deste Instrumento será reajustado anualmente pela variação acumulada IPCA, limitado a 6%. Em 31 de dezembro de 2025, a Planova honorou os pagamentos que totalizaram R\$ 600.

**12. Empréstimos e Financiamentos****(a) Características**

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento no montante total de R\$381.832 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES (Linha - FINEM), dividido em 2 (dois) subcréditos no valor de R\$190.916.

O financiamento é amortizável em 269 parcelas mensais e consecutivas a partir de abril de 2020 e com

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

vencimento final em 15 de agosto de 2042. Sobre o empréstimo incidem (i) encargos de IPCA, calculado de forma “*pro rata temporis*”, (ii) taxa de juros pré-fixada de 2,98% ao ano e, (iii) Spread do BNDES de 2,13% ao ano.

Custo da dívida (% a.a.)	Garantia	2025			2024		
		Principal e encargos			Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
IPCA + 5,17%	Conta reserva + recebíveis + Ações	22.677	413.318	435.995	34.718	411.092	445.810
		(277)	(4.339)	(4.616)	(13.846)	-	(13.846)
<b>Total</b>		<b>22.400</b>	<b>408.979</b>	<b>431.379</b>	<b>20.872</b>	<b>411.092</b>	<b>431.964</b>

A movimentação do financiamento está demonstrada a seguir:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19.564</b>	<b>410.540</b>	<b>430.104</b>
Encargos	42.629	-	42.629
Transferências	(552)	552	-
Pagamento de principal	(19.157)	-	(19.157)
Pagamentos de juros	(22.085)	-	(22.085)
Custo de captação (i)	473	-	473
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.872</b>	<b>411.092</b>	<b>431.964</b>
Encargos	41.873	-	41.873
Transferências	2.113	(2.113)	-
Pagamento de principal	(20.548)	-	(20.548)
Pagamentos de juros	(22.096)	-	(22.096)
Custo de captação (i)	186	-	186
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>22.400</b>	<b>408.979</b>	<b>431.379</b>

(i) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

**(b) Cronograma de vencimento**

Em 31 de dezembro de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	2025
Circulante	22.400
2027	15.708
2028	16.709
2029	17.785
2030 em diante	363.116
<b>Subtotal</b>	<b>413.318</b>
(-) Custo de captação (Não circulante)	(4.339)
<b>Total de empréstimos</b>	<b>431.379</b>

**(c) Cláusulas restritivas – Covenants**

O financiamento possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- Penhor de 100% das ações da Companhia;
- Recebíveis da concessão, conta reserva equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato (vide nova explicativa nº 5).
- Obrigações de cumprir o ICSD mínimo de 1,3x, com base nas demonstrações contábeis

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

regulatórias;

**Covenants BNDES**ICSD (EBITDA ajustado / Serviço da Dívida) - Companhia:  $\geq 1,3$ **BNDES**

2,04

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava adimplente quanto às obrigações contratuais estabelecidas no contrato de financiamento.

**13. Contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais. As provisões para eventuais perdas, quando aplicável, decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Após avaliação a Companhia entendeu não ser necessária a constituição de provisão referente aos processos em andamento, visto que não há probabilidade de perda provável.

Existem contingências cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível. Sendo as principais informações listadas abaixo:

Possível	2025	2024
Cível	268	268
Trabalhista	230	-
<b>Total</b>	<b>498</b>	<b>268</b>

**(a) Cível**

Existem contingências cíveis cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível. Para estas, não foi constituída provisão, no valor de R\$ 268, referente aos 08 (oito) processos de servidão administrativa.

**• Processo Construtora Planova – Polo Ativo**

O procedimento arbitral instalado em 30 de setembro de 2019 contra a construtora PLANOVA e seus acionistas, cujo risco de perda é avaliado pelos advogados da Companhia como possível. Em 2024, as partes manifestaram-se sobre a documentação necessária para a realização de perícia, apresentaram parecer técnico, participaram da audiência de instrução e continuaram a se manifestar sobre a documentação e laudos apresentados ao longo dessas etapas. Aguarda-se a decisão do Tribunal Arbitral quanto à arguição da Planova sobre a nulidade da perícia realizada.

Em 1º de Fevereiro de 2017, a PLANOVA e a Companhia celebraram os contratos de Engenharia, Fornecimento, Construção e Outras Avenças ("EPC") e de Desenvolvimento, por meio do qual a

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

PLANOVA se comprometeu a desenvolver e a executar, por preço fixo e na modalidade "turn-key", todas as atividades de autorização, licenciamento, engenharia e construção necessários à implantação de linha de transmissão no Mato Grosso ("Projeto"), incluindo o fornecimento de todos os bens, equipamentos, materiais, pessoal e serviços.

Nos termos dos contratos, o "Commercial Operational Date - COD" ou a data de entrada em operação comercial do Projeto, deveria ser atingido, impreterivelmente, até o dia 31 de dezembro de 2018, sob pena de imposição da multa prevista na Cláusula 10.5 do contrato de EPC. O COD, porém, somente foi atingido em 6 de junho de 2019, o que, nos termos do Contrato, faria incidir a referida multa contratual. A Planova alega, entretanto, que a multa não seria devida e que, ademais, teria direito à indenização pelos valores adicionais incorridos por ela durante a execução do Projeto.

A seguir, são demonstrados os valores envolvidos na arbitragem:

- Pleitos Santa Lucia e Terna totalizam históricos R\$31.264, dos quais: (i) R\$31.057 se referem à multa da cláusula 10.5 do contrato EPC e (ii) R\$206 são referentes ao reembolso com despesas pagas à TME em set/2019. Os valores (i) e (ii), atualizados pelo IPCA e acrescidos de juros de 1% ao mês, entre julho e setembro de 2019, respectivamente, correspondem a (i) R\$72.011 e (ii) R\$477. No entanto, do valor da multa (i), deve ser subtraído o valor retido pela Santa Lucia no curso do contrato, que corresponde ao valor histórico de R\$16.738.
- Pleitos PLANOVA e Krasid Participações S.A., a sua acionista controladora: devolução dos valores históricos retidos, de R\$16.738. O valor do pleito atualizado pelo IPCA e acrescido de juros de mora de 1% desde junho de 2019 e multa de 2%, conforme pedido de Planova e Krasid, totaliza R\$38.814. Custos adicionais totalizam históricos R\$53.069, que, com atualização pelo IPCA e juros de 1% ao mês desde o requerimento de arbitragem, correspondem a R\$121.238.

Em 25 de Novembro de 2025 ocorreu a decisão da sentença arbitral deferindo parcialmente os pedidos da Companhia e indeferindo totalmente os pedidos da Planova.

**(b) Trabalhista**

Existe uma contingência trabalhistas, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, no valor de R\$ 230 para o qual não foi constituída provisão.

**14. Dividendos declarados**

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício (societário)	49.187	41.017
(-) Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	(6.053)	(2.301)
(-) Reserva legal	(2.459)	(2.051)
Lucro líquido ajustado	<u>40.675</u>	<u>36.665</u>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b><u>10.169</u></b>	<b><u>9.167</u></b>
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos adicionais	6.035	30.502
Pagamento de dividendos	(6.035)	(30.502)
<b>Total dividendos mínimos e adicionais do exercício</b>	<b><u>10.169</u></b>	<b><u>9.167</u></b>

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”.

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b><u>8.948</u></b>
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	9.167
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no exercício	(8.948)
Distribuição de dividendos adicionais	30.502
Pagamento de dividendos adicionais	(30.502)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b><u>9.167</u></b>
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	10.169
Pagamento de dividendos no exercício	(9.167)
Distribuição de dividendos adicionais	6.035
Pagamento de dividendos adicionais	(6.035)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b><u>10.169</u></b>

**15. Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ R\$153.714, representado por 153.714 ações ordinárias de R\$ 1,00 (um real) cada.

**(b) Reservas**

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reserva legal	i)	15.078	12.619
Reserva de incentivos fiscais	ii)	12.488	6.435
Reserva de lucros a realizar	iii)	56.097	31.626
Reserva de deságio	iv)	896	896
<b>Total</b>		<b><u>84.559</u></b>	<b><u>51.576</u></b>

**i. Reserva legal**

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O valor destinado no

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.459 (R\$ 2.051 em 31 de dezembro de 2024).

**ii. Reserva de incentivos fiscais**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro fiscal, fazendo uso do incentivo fiscal federal no valor de R\$6.053 (R\$ 2.301 em 31 de dezembro de 2024, que garante a redução de 75% do imposto de renda, concedido pela Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia SUDAM. Esses incentivos são registrados na rubrica de “Reserva de incentivos SUDAM”

**iii. Reserva de lucros a realizar**

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros líquido societário do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada.

Em 08 de dezembro de 2025, por meio da Assembleia geral extraordinária (AGE), foi deliberado o pagamento de dividendos adicionais propostos a partir da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 929.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 56.097 (R\$ 31.626 em 31 de dezembro de 2024). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	<u>31.626</u>	<u>34.629</u>
Constituição	30.506	27.499
Realização - pagamento dividendos adicionais	(6.035)	(30.502)
Saldo final	<u><u>56.097</u></u>	<u><u>31.626</u></u>

**iv. Reserva de deságio de investimento**

A reserva de deságio de investimento no montante de R\$ 896 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi contabilizada pela Egecon Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (“Egecon”) quando da compra da Companhia em 26 de junho de 2017. Na mesma data, a Egecon foi incorporada na Companhia.

**(c) Proventos excedentes de contabilidade societária**

É constituída em função dos efeitos de PCGA (*Prática Contábeis Geralmente Aceitas*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintas, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

**(d) Ajuste de exercícios anteriores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado o levantamento do imobilizado da Companhia, assim como inventário físico, resultando em ajustes positivos de R\$ 6.612, registrado como “ajustes de exercícios anteriores”, à crédito de lucros acumulados.

## 16. Receita operacional líquida

	2025	2024
Disponibilização do sistema de transmissão	115.387	105.678
Outras receitas	-	-
<b>Receita bruta</b>	<b>115.387</b>	<b>105.678</b>
PIS	(1.904)	(1.736)
COFINS	(8.769)	(7.996)
<b>Tributos</b>	<b>(10.673)</b>	<b>(9.732)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(280)	(913)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(124)	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(379)	(416)
Outros encargos	(645)	-
Encargos do consumidor	<b>(1.428)</b>	<b>(1.329)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>103.286</b>	<b>94.617</b>

- (a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

## 17. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Custos operacionais (a)	(24.234)	(25.059)
Despesas operacionais (b)	(6.373)	(9.193)
<b>Total</b>	<b>(30.607)</b>	<b>(34.252)</b>

### (a) Custos operacionais

	2025	2024
Pessoal	(2.426)	(3.220)
Serviços de terceiros	(6.309)	(5.199)
Arrendamento e aluguéis	(721)	(257)
Depreciações e amortizações	(14.357)	(14.802)
Outros	(421)	(1.580)
<b>Total</b>	<b>(24.234)</b>	<b>(25.058)</b>

### (b) Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Pessoal	(4.412)	(5.800)
Serviços de terceiros	(466)	(956)
Arrendamento e aluguéis	(150)	(272)
Depreciações e amortizações	(718)	(867)
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(627)	(1.298)
<b>Total</b>	<b>(6.373)</b>	<b>(9.193)</b>

## 18. Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de títulos e valores mobiliários	3.280	2.374
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(166)	(176)
Outras receitas financeiras	168	484
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.282</b>	<b>2.682</b>
Encargos da dívida	(41.873)	(42.629)
Outras despesas financeiras	(238)	(607)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(42.111)</b>	<b>(43.236)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(38.829)</b>	<b>(40.554)</b>

## 19. Partes relacionadas

### (a) Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Partes relacionadas - contas a receber</b>		
SPE Belém Transmissora de Energia S.A.	1.072	-
SPE Integração Transmissora de Energia S.A.	968	48
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.	173	682
SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.	375	-
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.	258	1.052
<b>Total</b>	<b>2.846</b>	<b>1.782</b>

A transação entre partes relacionadas demonstrada acima refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura devidamente rateados.

### (b) Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Partes relacionadas - a pagar (i)</b>		
Verene Energia	155	-
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>-</b>

A transação entre partes relacionadas demonstrada acima refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura devidamente rateados.

### (c) Dividendos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Verene Energia S.A. (i)	10.169	9.167

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

### (d) Remuneração da administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 3.759 durante o exercício findo em 2025 (R\$ 2.055 em 2024), sendo salários e benefícios variáveis. Não existem planos de opções de ações como parte da remuneração dos diretores.

## **SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

---

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de:

a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

## **20. Riscos regulatórios e ambientais**

### **(a) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

### **(b) Riscos regulatórios e operacionais**

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

i. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

ii. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

### **(c) Riscos ambientais**

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que

## SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

## 21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	50.000
Risco Operacional (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	160.000
Directors and Officers (i)	28/07/2025 a 28/01/2027	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas do Grupo Verene, do qual a Companhia faz parte.

## 22. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

A Companhia elabora suas demonstrações financeiras societárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a regulamentação societária vigente. Para atendimento às exigências específicas do setor, a Companhia também prepara demonstrações contábeis regulatórias

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

---

de acordo com os critérios definidos pelo Órgão Regulador, nos termos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Tendo em vista que os normativos societário e regulatório possuem abordagens distintas quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de determinados ativos, passivos, receitas e despesas, surgem diferenças relevantes entre os dois conjuntos de demonstrações. Assim, a reconciliação entre as bases societária e regulatória é apresentada de forma a evidenciar, de maneira transparente e compreensível, os ajustes necessários para converter as informações preparadas segundo as práticas contábeis societárias para aquelas requeridas pelo Órgão Regulador.

As tabelas e descrições a seguir detalham a natureza dos principais ajustes realizados, bem como suas respectivas justificativas, permitindo ao usuário das demonstrações compreender plenamente os impactos decorrentes das diferenças entre os critérios contábeis aplicáveis.

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**Balço patrimonial**

Ativo	Nota	2025			2024 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		26.817	-	26.817	3.849	-	3.849
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		11.747	-	11.747	10.080	-	10.080
Serviços de P&D		12	-	12	-	-	-
Ativos de contrato	(i)	-	103.128	103.128	-	95.225	95.225
Impostos e contribuições a recuperar		601	-	601	697	-	697
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		362	-	362	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		1.396	-	1.396	1.231	-	1.231
Partes Relacionadas		2.846	-	2.846	1.782	-	1.782
Título de crédito a receber		1.200	-	1.200	-	-	-
Outros créditos a receber		798	(1)	797	60	1	61
<b>Total do circulante</b>		<b>45.779</b>	<b>103.127</b>	<b>148.906</b>	<b>17.699</b>	<b>95.225</b>	<b>112.925</b>
<b>Não circulante</b>							
Título de crédito a receber		33.259	-	33.259	3.079	-	3.079
Investimentos temporários		12.512	-	12.512	11.558	-	11.558
Ativos de contrato	(i)	-	735.828	735.828	-	718.069	718.069
Depósitos judiciais		832	-	832	68	-	68
Imobilizado	(ii)	404.704	(403.476)	1.228	367.171	(365.453)	1.718
Bens de direito de Uso		23	-	23	167	-	167
Intangível	(iii)	4.660	(4.660)	-	48.430	(48.269)	161
Impostos diferidos	(iv)	16.715	(16.715)	-	16.715	(16.715)	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>472.705</b>	<b>310.977</b>	<b>783.682</b>	<b>447.188</b>	<b>287.632</b>	<b>734.820</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>518.484</b>	<b>414.104</b>	<b>932.588</b>	<b>464.890</b>	<b>382.855</b>	<b>847.745</b>

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2025			2024 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		2.638	-	2.638	2.865	-	2.865
Empréstimos e financiamentos		22.400	-	22.400	20.872	-	20.872
Impostos e contribuições a recolher		1.066	-	1.066	1.241	-	1.241
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		877	-	877	-	-	-
Encargos setoriais		605	-	605	226	-	226
Dividendos declarados		10.169	-	10.169	9.167	-	9.167
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		3.290	-	3.290	2.711	-	2.711
Partes relacionadas		155	-	155	-	-	-
Outros passivos		23	-	23	575	-	575
Adiantamento de Clientes		-	-	-	2.389	-	2.389
<b>Total do circulante</b>		<b>41.223</b>	<b>-</b>	<b>41.223</b>	<b>40.046</b>	<b>-</b>	<b>40.046</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos		408.979	-	408.979	411.092	-	411.092
PIS e COFINS diferidos	(iv)	-	77.603	77.603	-	71.210	71.210
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(iv)	-	134.530	134.530	-	120.107	120.107
Outras contas a pagar		31.980	-	31.980	-	-	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>440.959</b>	<b>212.133</b>	<b>653.092</b>	<b>411.092</b>	<b>191.317</b>	<b>602.409</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>482.182</b>	<b>212.133</b>	<b>694.315</b>	<b>451.138</b>	<b>191.317</b>	<b>642.455</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		153.714	-	153.714	153.714	-	153.714
Reserva legal		15.078	-	15.078	12.619	-	12.619
Reserva de deságio		896	-	896	896	-	896
Reserva de incentivo fiscal - SUDAM		12.488	-	12.488	6.435	-	6.435
Reserva de lucros		56.097	-	56.097	31.626	-	31.626
Proventos excedentes da contabilidade societária	(v)	(201.971)	201.971	-	(191.538)	191.538	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>36.302</b>	<b>201.971</b>	<b>238.273</b>	<b>13.752</b>	<b>191.538</b>	<b>205.290</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>518.484</b>	<b>414.104</b>	<b>932.588</b>	<b>464.890</b>	<b>382.855</b>	<b>847.745</b>

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstração do resultado do exercício**

	Nota	2025			2024 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		115.387	115.387	-	105.209	105.209	-
Outras receitas		-	-	-	469	-	469
Remuneração de ativos de contrato		-	(129.466)	129.466	-	(123.912)	123.912
Receita de operação e manutenção		-	(11.583)	11.583	-	(10.013)	10.013
<b>Receita bruta</b>		<b>115.387</b>	<b>(25.662)</b>	<b>141.049</b>	<b>105.678</b>	<b>(28.716)</b>	<b>134.394</b>
PIS corrente e diferido		(1.904)	(833)	(1.071)	(1.736)	(810)	(926)
COFINS corrente e diferido		(8.769)	7.226	(15.995)	(7.996)	3.466	(11.462)
<b>Tributos</b>		<b>(10.673)</b>	<b>6.393</b>	<b>(17.066)</b>	<b>(9.732)</b>	<b>2.656</b>	<b>(12.388)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(280)	-	(280)	(913)	-	(913)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(124)	-	(124)	-	-	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(379)	-	(379)	(416)	-	(416)
Outros encargos		(645)	-	(645)	-	-	-
<b>Encargos do consumidor</b>		<b>(1.428)</b>	<b>-</b>	<b>(1.428)</b>	<b>(1.329)</b>	<b>-</b>	<b>(1.329)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>(vi)</b>	<b>103.286</b>	<b>(19.269)</b>	<b>122.555</b>	<b>94.617</b>	<b>(26.060)</b>	<b>120.677</b>
Pessoal		(2.426)	-	(2.426)	(3.220)	-	(3.220)
Serviços de terceiros		(6.309)	2.138	(8.447)	(5.199)	3.052	(8.251)
Arrendamento e aluguéis		(721)	(25)	(696)	(257)	-	(257)
Depreciação e amortização		(14.357)	(14.357)	-	(14.802)	(14.802)	-
Outras despesas operacionais		(421)	44	(465)	(1.581)	(1.580)	(1)
Despesas gerais e administrativas		(6.373)	-	(6.373)	(9.193)	-	(9.193)
<b>Custos e despesas</b>	<b>(vii)</b>	<b>(30.607)</b>	<b>(12.200)</b>	<b>(18.407)</b>	<b>(34.252)</b>	<b>(13.330)</b>	<b>(20.922)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>72.679</b>	<b>(31.469)</b>	<b>104.148</b>	<b>60.365</b>	<b>(39.390)</b>	<b>99.755</b>
Receitas financeiras		3.282	-	3.282	2.682	-	2.682
Despesas financeiras		(42.111)	-	(42.111)	(43.236)	-	(43.236)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(38.829)</b>	<b>-</b>	<b>(38.829)</b>	<b>(40.554)</b>	<b>-</b>	<b>(40.554)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>33.850</b>	<b>(31.469)</b>	<b>65.319</b>	<b>19.811</b>	<b>(39.390)</b>	<b>59.201</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.708)	-	(1.708)	(1.518)	(524)	(994)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	14.424	(14.424)	-	17.190	(17.190)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(iv)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>14.424</b>	<b>(16.132)</b>	<b>(1.518)</b>	<b>16.666</b>	<b>(18.184)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(viii)</b>	<b>32.142</b>	<b>(17.045)</b>	<b>49.187</b>	<b>18.293</b>	<b>(22.724)</b>	<b>41.017</b>

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir estão detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**(i) Ativo de contrato**

O ajuste de R\$ 838.956 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 813.294 em 31 de dezembro de 2024), apresentado na linha de ativo de contrato na conciliação entre as bases regulatória e societária, refere-se às diferenças decorrentes da aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente exclusivamente nas demonstrações financeiras societárias.

Nas demonstrações societárias, a Companhia adota o CPC 47 e a OCPC 05 para o reconhecimento das receitas associadas às concessões de transmissão. Nesse contexto, os investimentos realizados durante a fase de construção são registrados como ativo contratual, correspondente ao direito à contraprestação pelos bens e serviços transferidos ao cliente, sendo mensurados ao valor justo e incluindo custos de empréstimos capitalizados. Após a disponibilização da infraestrutura, o ativo contratual é reclassificado para ativo intangível, e a receita anual permitida é apropriada de forma segregada entre a remuneração dos investimentos e a receita de operação e manutenção.

Para fins regulatórios, conforme diretrizes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os investimentos realizados na construção das instalações de transmissão são registrados integralmente como ativo imobilizado, não sendo aplicados os critérios de reconhecimento e mensuração definidos pelo CPC 47. Em razão desse tratamento, os efeitos societários relativos ao CPC 47 não são refletidos nas demonstrações contábeis regulatórias, o que inclui a eliminação dos respectivos impactos fiscais diferidos (IR, CSLL, PIS e COFINS), quando aplicáveis.

**(ii) Imobilizado - transmissão**

Para fins regulatórios, em conformidade com o MCSE, todos os investimentos relacionados à construção das linhas de transmissão são reconhecidos como ativo imobilizado. Em razão dessa premissa, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram integralmente excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os respectivos impactos fiscais. Nas demonstrações financeiras societárias, entretanto, em decorrência da adoção do CPC 47, o ativo imobilizado da Companhia passou a ser classificado como ativo de contrato, conforme descrito na nota de ajuste (i).

As premissas aplicáveis ao reconhecimento do ativo imobilizado regulatório são:

- assegurar que tais ativos não sejam impactados pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), uma vez que, para fins regulatórios, prevalece o tratamento estabelecido no MCSE; e
- garantir que os ativos sejam registrados pelos valores homologados pela ANEEL, os quais constituem a base regulatória utilizada para fins de remuneração e definição das tarifas.

**(iii) Intangível - transmissão**

O ajuste de R\$ 4.660 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 48.272 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizado e indenizável, de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis:

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente de acordo com a vida útil estimada do software; e
- Faixas de servidão referem-se a direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

**(iv) Tributos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos fiscais diferidos relacionados ao PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que, segundo os critérios do MCSE, o tratamento regulatório não gera diferenças temporárias que demandem o reconhecimento de tributos diferidos. Dessa forma, a apuração dos referidos tributos, no âmbito regulatório, reflete exclusivamente os valores e premissas definidos pela ANEEL, não resultando na constituição de ativos ou passivos fiscais diferidos.

- Tributos sobre o lucro**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (societário)</b>	<b>(16.132)</b>	<b>(18.184)</b>
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	6.053	2.301
Ativo contratual - CPC 47	8.371	14.365
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.518)</b>

(a) A Outorgada obteve em 2020 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

**(v) Patrimônio líquido**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldos conforme contabilidade societária</b>	<b>238.273</b>	<b>205.290</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(201.973)	(191.540)
<b>Saldos conforme contabilidade regulatória</b>	<b>36.300</b>	<b>13.750</b>

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**(vi) Receita operacional líquida**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

**(vii) Custos e despesas**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**(viii) Resultado societário e regulatório**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos conforme contabilidade societária	49.187	41.017
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	<u>(17.045)</u>	<u>(22.724)</u>
<b>Lucro líquido do exercício - regulatório</b>	<b><u>32.142</u></b>	<b><u>18.293</u></b>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

\*\*\*

**Diretoria**

José Cherem Pinto,  
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,  
Diretora Financeira

Djamila Muniz de Carvalho  
Contadora  
CRC RJ 125.608/O

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: BEC5E572-E6D0-4657-AAE3-379414753BFA

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: SL Relatorio e DCR Exame 2025.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 35

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Fernanda Bezerra

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

fernanda.bezerra@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.65

## Rastreamento de registros

Status: Original

24 de abril de 2026 | 17:33

Portador: Fernanda Bezerra

fernanda.bezerra@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

24 de abril de 2026 | 17:38

Portador: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

## Eventos do signatário

Bruno Monteiro

bruno.monteiro@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

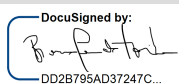
### Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

## Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

## Registro de hora e data

Enviado: 24 de abril de 2026 | 17:35

Visualizado: 24 de abril de 2026 | 17:37

Assinado: 24 de abril de 2026 | 17:38

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Fernanda Bezerra fernanda.bezerra@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) <b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign	<b>Copiado</b>	Enviado: 24 de abril de 2026   17:38 Visualizado: 24 de abril de 2026   17:38 Assinado: 24 de abril de 2026   17:38

Magda Araujo magda.araujo@pwc.com Assistente II PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) <b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign	<b>Copiado</b>	Enviado: 24 de abril de 2026   17:35 Visualizado: 24 de abril de 2026   17:47
--	----------------	--

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de abril de 2026   17:35
Entrega certificada	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:37
Assinatura concluída	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:38
Concluído	Segurança verificada	24 de abril de 2026   17:38

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------